

SCHULZ S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AGO 08/04/2019

SCHULZ S/A

Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480")

Data base: 31 de dezembro de 2018

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Mesmo num cenário conturbado e repleto de incertezas, a Schulz manteve seu foco no mercado nacional e internacional. Como resultado desta estratégia, continuou aumentando a participação nos mercados atendidos pelas suas divisões de negócios (Automotiva e Compressores). Manteve também a condição de líder absoluta no mercado de compressores, com campanhas de vendas agressivas e lançamentos de novos produtos. Na condição de líder em inovação, em seu segmento, a divisão Compressores aquece o mercado com lançamentos anuais. O lançamento do compressor Audaz, que contempla um novo conceito de compressor de ar, foi e está sendo um sucesso de vendas, o que surpreendeu a nossa expectativa.

A Schulz continua preparada para absorver o crescimento ou a reação no mercado de atuação, por conta do aumento do nosso *share*, principalmente no segmento de Compressores. O segmento da Automotiva, por sua vez, já voltou à normalidade operacional com os 3 turnos de trabalho.

Sobre os resultados alcançados em 2018, mesmo num cenário nacional ainda recessivo, verifica-se que a SCHULZ mantém saudáveis condições patrimoniais e financeiras, a saber:

- I. Consistente geração de lucros compatível com o mercado ou o momento econômico;
- II. Geração de caixa operacional compatível com suas necessidades operacionais e financeiras, garantindo os objetivos necessários com a atual estrutura de capital;
- III. A estrutura de capital própria e de terceiros está adequada, apoiada em contratos de financiamentos com custo competitivo. Também há adequado apoio das instituições financeiras para fazer frente às demandas de curto e longo prazo;
- IV. Nível de endividamento compatível com sua demanda operacional e com os investimentos realizados e a realizar.

b) Estrutura de capital:

A estrutura de capital da Companhia apresenta grau de alavancagem financeira adequada para seus negócios e em linha com o orçamento de investimento planejado para seu crescimento.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e terceiros:

Valores em R\$ Mil	2018	2017	2016
Capital Próprio(Patrimônio Líquido)	540.706	487.196	456.788
Total do Exigível	750.488	590.317	479.651
Caixa e Equivalentes de Caixa	(299.123)	(287.701)	(247.093)
Capital de Terceiros(*)	451.365	302.616	232.558
Capital Próprio / Capital de Terceiros	1,20	1,61	1,96

(*)Capital de Terceiros é a soma do Passivo Circulante mais o Passivo Não Circulante, deduzido os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 31/12/18 a Companhia possuía um caixa disponível equivalente a 1,9 vezes em relação a todos os compromissos financeiros (empréstimos) de curto prazo, e crédito suficiente para as necessidades de renovação, ou alongamento da dívida bancária, se for necessário.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além dos recursos próprios, gerados pela atividade operacional, a Companhia possui operações de crédito com vários bancos privados e com o BNDES, com operações de Exim, Pré-embarque, FINEP, FINAME e Finimp.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Quando necessário, temos linhas de crédito do BNDES através de seus agentes repassadores, e outras linhas de créditos ofertados pelos bancos nacionais e internacionais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

i. Vide demonstrativo abaixo:

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		953		953
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.304	5.818	5.304	5.818
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.094	2.098	2.094	2.098
BNDES - FINEM	TLP + 5,65% a.a	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada		204		204
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.021	1.493	1.021	1.493
Exportação-NCE	114,5% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	7.428	36.478	7.428	36.478
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	16.827	7.316	16.827	7.316
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada		20.363		20.363
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.409	1.329	1.409	1.329
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	31	29	31	29
Finame	2,50 a 9,50% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.416	1.446	1.416	1.446
Finame	TLP + 5,28% até 5,81% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	89		99	
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	1.513	68	7.192	141
Pré-Pgb. Export.	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	99.979	37.614	108.031	37.614
Pré-Pgb. Export.	112% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	6.455		6.455	
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	16	781	751	958
Total do Circulante					143.786	115.786	158.262	116.036
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador				
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	10.146	15.300	10.146	15.300
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	1.330	3.419	1.330	3.419
BNDES - FINEM	TLP + 5,65% a.a	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	20.000		20.000	
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.504	2.151	1.504	2.151
Exportação-NCE	114,5% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	33.334	-	33.334	
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	33.333	50.000	33.333	50.000
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	3.702	3.872	3.702	3.872
soma(SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	16	45	16	45
Finame	2,50 a 9,50% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	7.457	5.016	7.457	5.016
Finame	TLP + 5,28% até 5,81% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	7.554		8.506	
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	23.249	6.947	23.249	6.947
Pré-Pgb. Export.	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	134.302	197.049	145.927	197.049
Pré-Pgb. Export.	112% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	68.376		68.376	
Total do Não Circulante					344.303	283.799	356.880	283.799
Total de Empréstimos e Financiamentos					488.089	399.585	515.142	399.835
Escalonamento da Dívida					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em até 6 meses					63.757	65.810	74.300	65.935
De 6 meses a 1 ano					80.029	49.976	83.962	50.101
De 1 a 2 anos					156.935	107.197	164.181	107.197
De 2 a 3 anos					126.645	96.048	130.885	96.048
De 3 a 5 anos					52.509	79.670	53.600	79.670
Acima de 5 anos					8.214	884	8.214	884
Total de Empréstimos e Financiamentos					488.089	399.585	515.142	399.835
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais - R\$		CP			41.273	76.611	42.018	76.788
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			102.513	39.175	116.244	39.248
Euro - EUR		CP						
Reais - R\$		LP			185.248	77.652	186.200	77.652
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			159.055	206.147	170.680	206.147
Euro - EUR		LP						
Total de Empréstimos e Financiamentos					488.089	399.585	515.142	399.835
Dívida por Indexação					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxas Pré-Fixadas					38.793	39.115	44.472	39.188
Taxas Pós-Fixadas					449.296	360.470	470.670	360.647
Total de Empréstimos e Financiamentos					488.089	399.585	515.142	399.835

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

i. Vide demonstrativo acima.

III. Grau de subordinação entre as dívidas:

i. Não se aplica.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não há qualquer tipo de restrição, salvo em caso de alienação de controle societário. As cláusulas e condições normalmente existentes nos contratos financeiros, para fins de garantia, não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A Schulz sempre soube aproveitar muito bem as oportunidades comerciais do mercado. Em 2018 não foi diferente, pois mesmo com um mercado recessivo, foi mantido o "share" da divisão Compressores. Já no segmento da divisão Automotiva a nossa participação teve aumento significativo, por conta da reação da produção e vendas de caminhões, ônibus, tratores e implementos agrícolas. Foi mantida a política de baixa exposição cambial, o que contribuiu para uma despesa financeira líquida confortável.

Mesmo assim, o lucro líquido cresceu 75,0 %, em que pese ainda a existência de uma ociosidade operacional na divisão Compressores.

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Na divisão Compressores são os compressores de ar comprimido (linha industrial e serviços) que são vendidos em sua grande maioria para o comércio e indústrias. Na divisão Automotiva são os componentes de ferro fundidos, usinados e pintados vendidos para as indústrias montadoras de caminhões, ônibus, tratores e implementos agrícolas.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais foram:

- os custos da divisão Compressores por conta da ociosidade;
- o aumento da energia elétrica;
- a reoneração da folha de pagamento a partir de 09/2018; e
- redução do benefício do reintegra de 2% para 0,1% a partir 06/2018.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

O faturamento foi sustentado principalmente com o aumento do nosso *share* da divisão Automotiva, que ajudou a reduzir significativamente a queda das vendas. Obviamente, os novos produtos que estão inseridos na receita foram e estão alinhados com o planejamento orçamentário do exercício, porém, muito aquém do potencial de vendas existente.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Além dos efeitos mencionados anteriormente, houve majoração significativa de alguns insumos e matérias primas, como, por exemplo, chapas de aço, motores elétricos e outros insumos.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não se aplica.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Em Novembro de 2015 foi constituída juridicamente a controlada da Companhia, SCHULZ COMPRESSORES S.A., sociedade por ações de capital fechado, que a partir de julho de 2017, absorveu toda a produção e vendas da então divisão Compressores da Companhia, com o propósito de garantir mais transparência na gestão e negócio, inclusive com caixa independente, isto foi possível, através de aumento de capital na Schulz Compressores S.A., mediante transferência de ativos. Na Assembleia Geral Extraordinária da Schulz Compressores S.A., ocorrida em 06/06/2018, foi aprovada a alteração do seu tipo societário, passando de sociedade por ações para sociedade empresária limitada, o que resultou na alteração de sua denominação social, que passou de "Schulz Compressores S.A." para "Schulz Compressores Ltda.".

c) Eventos ou operações não usuais:

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

A Schulz passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 ("balanço de abertura"), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados nas respectivas Notas Explicativas.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os principais efeitos significativos que foram gerados por conta do comentário anterior estão extensivamente demonstrados e aplicados no relatório das Notas Explicativas.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Os pareceres dos nossos Auditores Independentes foram emitidos sem ressalvas, nos últimos 03 (Três) exercícios.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora:

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

Assim, as demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e de sua controlada Schulz Compressores Ltda., apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda	Brasil	99,99%	99,99%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas:

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

a) Transações em moeda estrangeira:

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controladas indiretas no exterior:

Os ativos e passivos de controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações

financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Ativos Financeiros:

A companhia classifica seus ativos financeiros como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na

qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

Contas a Receber de Clientes:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

Estoques:

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Investimentos:

a) Investimentos em sociedades controladas:

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento:

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

Imobilizado:

A empresa realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes. Concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Intangível:

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio:

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) Licenças:

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos:

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A

amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Impairment de Ativos Não Financeiros:

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a Pagar a Fornecedores:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Arrendamentos:

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido.

Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Provisões:

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social:

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Participação nos Resultados:

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

Apuração do Resultado:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Reconhecimento das Receitas de Vendas:

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Subvenções Governamentais:

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Perdas de crédito esperados que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,

e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da empresa.

Ajuste a Valor Presente:

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018:

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não estavam em vigor para o exercício de 2018:

- **CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil:**

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 06(R2) terá em suas demonstrações financeiras consolidadas em 01 de janeiro de 2019, quais sejam:

Descrição	Valor em Milhares
Direito de Uso (AC)	R\$ 3.613
Arrendamentos a Pagar de Curto Prazo (PC)	R\$ 1.863
Arrendamentos a Pagar de Longo Prazo (PNC)	R\$ 1.934
Impostos Diferidos (PNC)	R\$ 266
Adoção Inicial (PL)	R\$ (450)

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais

10.8. Comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos previstos para 2019 são da ordem de R\$ 100 milhões, alguns já em andamento, aplicados em sua grande maioria na expansão do parque fabril da divisão Automotiva. Também estão contemplados os projetos de desenvolvimento de novos produtos, para provocar o mercado de atuação, com maior valor agregado e benefícios significativos para os consumidores finais. A atualização tecnológica, em algumas linhas de produção, com robotização e mudanças de processos de produção, devem contribuir para a redução dos custos diretos.

II. Fontes de financiamento dos investimentos:

Os investimentos planejados para 2019 deverão ser financiados basicamente através da geração própria de caixa, linhas de financiamento disponíveis e outras estruturas que o mercado financeiro ofertar, principalmente em relação às linhas de crédito/financiamentos de longo prazo.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam

influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não há nenhum fato a comentar.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

As divulgações rotineiramente acontecem anualmente nas convenções de vendas internas, dos produtos que estão em desenvolvimento e que serão lançados no mercado ao longo de cada exercício social, e que não são divulgadas antecipadamente no mercado consumidor.

II. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Em 2018 foram investidos R\$ 16,2 milhões em P&D, sendo R\$ 3,7 milhões na divisão Compressores e R\$ 12,5 milhões na divisão Automotiva.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

A política adotada pela Companhia é por não divulgar antecipadamente os novos projetos dos produtos para o mercado.

IV. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2018, totalizaram R\$ 936 mil.

10.9 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não temos outros fatores a comentar, além do que já foi comentado nos itens anteriores.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a. Prazos de convocação:

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, ou, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem, e será convocada e realizada na forma da lei e deste Estatuto

b. Competências:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto da Companhia, compete à assembleia geral, exclusivamente, discutir sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- Reforma do seu Estatuto Social;
- Eleição e destituição dos membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- Fixação da remuneração global dos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- Atribuição de bonificações em ações;
- Aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de sua emissão;
- Aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- Tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- Destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela sua administração;
- Cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento da regulamentação aplicável;
- Emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de sua emissão;
- Autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- Suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em seu Estatuto Social;
- Nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do seu capital social;
- A transformação da Companhia em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- A sua fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade da Companhia ou cisão;
- Sua dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;
- Autorização para que seus administradores confessem sua falência ou requeiram sua recuperação judicial ou extrajudicial; e
- Outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos relativos às assembleias gerais da Companhia estarão disponíveis na sua sede, na Rua Dona Francisca, 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219-600, Joinville, SC, Brasil. Eletronicamente a Companhia disponibiliza estes documentos na rede mundial de computadores, no site da CVM (www.cvm.gov.br), site da Companhia (www.schulzsa.com) e no site da BM&FBOVESPA, atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Para participar e votar na Assembleia os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer munidos do comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante e também dos seguintes documentos: (i) pessoa física: documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) pessoa jurídica: atos constitutivos e documentos comprobatórios da regularidade da representação.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil, conforme decisão do Colegiado da CVM, no Processo RJ2014/3578. Ademais, a procuração deve conter os requisitos elencados na Lei 6.404/76 e na Instrução da CVM nº 481/2009. Para facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia, recomenda-se que o instrumento de

mandato seja depositado na sede da Companhia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a Assembleia.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Caso o Acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da ICVM 481, é necessário que sejam cumpridos todos os requisitos estabelecidos no Boletim de Voto à Distância, na legislação e no Estatuto Social da Companhia, no que forem aplicáveis, sendo certo que o Boletim de Voto à Distância somente será considerado válido e os votos nele proferidos contabilizados no quórum da assembleia geral, se observadas as seguintes instruções: a) todos os campos do Boletim de Voto à Distância devem ser preenchidos; b) todas as páginas deverão ser rubricadas; e c) ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, e, nos termos da legislação vigente, deverá assinar o Boletim de Voto à Distância, lembrando que a Companhia exige o reconhecimento de firma.

h. A companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, poderá, alternativamente aos prestadores de serviços indicados no Boletim de Voto à Distância, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, entregar diretamente ou encaminhar, via correio, os documentos listados no Boletim de Voto à Distância para o endereço da Companhia, localizado na Rua Dona Francisca, nº 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim de Voto à Distância e dos documentos indicados no Boletim de Voto à Distância para o endereço eletrônico (carolina.schramm@schulz.com.br). De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim de Voto à Distância e dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail à Companhia, até o dia **01.04.2019**.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância:

Nos termos da ICVM 481/09, os acionistas têm, por direito, a faculdade de incluir no Boletim de Voto à Distância suas manifestações a respeito de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. A manifestação a respeito das indicações deve, obrigatoriamente, respeitar a legislação vigente que trata do tema. Ainda, essa manifestação deve ser enviada para a instituição depositária ou para a Companhia nos endereços indicados no Boletim de Voto à Distância, sempre respeitados os prazos legais.

j. A companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

Não há esta condição.

k. Outras Informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância:

O Boletim de Voto à Distância fica disponível no site da Companhia, na aba de Relações com Investidores (www.schulzsa.com) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>). No próprio boletim há, detalhadamente, todos os requisitos necessários e orientações a respeito da votação à distância.

Nosso Agente, prestador deste serviço, é o Banco Bradesco, onde o acionista poderá ser atendido em qualquer agência do território nacional, e a pessoa de contato, será o Gerente da agência. Lembrando que o voto é exercido pessoalmente nas agências mediante apresentação do boletim e documentos pessoais.

O e-mail, somente para esclarecimentos de dúvidas, é 4010.acecustodia@bradesco.com.br. O telefone para esclarecimentos de dúvidas é 0800-7011616.

Abaixo, segue modelo do Boletim de Voto à Distância disponível no site da Companhia para impressão e preenchimento, em caso de sua utilização:

**BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA – SCHULZ S.A.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 08/04/2019**

1. Nome do acionista:

2. CNPJ ou CPF do acionista:

3. Endereço de e-mail dos acionistas:

4. Orientações de preenchimento:

O presente Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), referente à Assembleia Geral Ordinária da Companhia Schulz S.A. ("Companhia") a ser realizada no dia **08 de abril de 2019, às 14:30 horas** ("AGO"), deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e do art. 21-A e seguintes da Instrução nº 481/2009 da CVM ("ICVM 481"), conforme alterada.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome completo do acionista (ou denominação social, em se tratando de pessoa jurídica) e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa física ("CPF") ou pessoa jurídica ("CNPJ"), além de um endereço de e-mail para contato.

Para que este Boletim seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados como parte do quórum da AGO, é necessário que sejam cumpridos todos os requisitos estabelecidos neste Boletim, na legislação e no Estatuto Social da Companhia, no que forem aplicáveis, devendo ser observado, excepcionalmente, o que segue:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as páginas desse Boletim deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, e, nos termos da legislação vigente, deverá assinar o Boletim.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos signatários deste Boletim.

Importante ressaltar que **o dia 01.04.2019 será o último dia para o RECEBIMENTO efetivo deste Boletim** pela Companhia ou pelos prestadores de serviços, dispostos no item 5.1 abaixo (recebimento efetivo do Boletim **NÃO** se equivale à postagem deste Boletim pelo acionista). **Se o recebimento ocorrer após o dia 01.04.2019, inclusive em casos de retificação do Boletim pelo acionista, os votos não serão computados.**

É recomendável que o acionista envie o Boletim e os documentos a ele relativos com a maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para a sua avaliação e eventual retorno com os motivos para a sua retificação e reenvio, sempre respeitado o prazo de até 7 dias antes da AGO para o seu recebimento pela Companhia ou pelos prestadores de serviços.

A Companhia reforça a importância de que os acionistas leiam atentamente os documentos e as informações divulgados em conexão com a AGO, necessários para o melhor entendimento das matérias constantes da Ordem do Dia da AGO, os quais se encontram disponíveis na sede da Companhia, na Rua Dona Francisca, nº 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, no site da Companhia (www.schulz.com.br), no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site da BM&FBOVESPA, atual B3 S.A. – Brasil,

Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br>).

5. Orientações de entrega do Boletim:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, nos termos do art. 21-B da ICVM 481: (i) preencher e enviar o presente Boletim diretamente à Companhia (item 5.2 abaixo), ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos (item 5.1 abaixo), observadas as seguintes orientações:

5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – sistema de voto à distância:

5.1.1. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para sua realização.

5.1.2. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto à distância poderá também ser realizado por intermédio da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de seus valores mobiliários ("Banco Bradesco S.A."), mencionado no item 6 deste Boletim.

Conforme determinado pelos arts. 21-S e 21-T da ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, ou o Banco Bradesco, conforme o caso, desconsiderarão eventuais instruções conflitantes e/ou divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

5.2. Envio do Boletim diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, poderá, alternativamente aos prestadores de serviços indicados no item 5.1 acima, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, entregar diretamente ou encaminhar, via correio, os documentos listados abaixo para o endereço da Companhia, localizado na Rua Dona Francisca, nº 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos abaixo indicados para o endereço eletrônico (carolina.schramm@schulz.com.br). De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail à Companhia, até o dia **01.04.2019**. Os documentos a serem encaminhados pelo acionista são:

- (i) Via física do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado com firma reconhecida; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista;

Para pessoas jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e Documento de identidade com foto do representante legal.

Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia exigirá a consularização e a tradução juramentada dos documentos em idioma estrangeiro.

Nos termos do Art. 21-U, da ICVM 481, conforme alterada, nos casos de Boletins encaminhados diretamente à Companhia, será acusado o seu recebimento, pela Companhia, em até 3 (três) dias úteis do seu recebimento, e informado ao acionista, através do endereço eletrônico por ele fornecido, que a Companhia considerou o voto válido ou que há necessidade de retificação e reenvio do Boletim ou documentos, caso necessário, sempre observado o prazo de até 7 (sete) dias antes da realização da AGO, para seu recebimento, pela Companhia.

Os Boletins recebidos pela Companhia após o dia 01.04.2019 serão desconsiderados, mesmo nos casos de retificação.

6. Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato:

BANCO BRADESCO S.A

Endereço físico: Agências do território nacional.

Endereço eletrônico apenas para esclarecimento de dúvidas: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

Telefone para esclarecimento de dúvidas: 0800-7011616.

Pessoas de contato: Gerentes das agências do território nacional.

Obs: O voto deverá ser exercido pelo acionista pessoalmente nas agências do Banco Bradesco localizadas no território nacional, mediante apresentação do Boletim e demais documentos legalmente necessários.

7. Deliberações/Questões relacionadas à AGO:

7.1. Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e dos demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, em conformidade com a proposta da Administração para a referida matéria.

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.2. Aprovar a destinação do resultado do exercício, o orçamento de capital e a distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria.

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.3. Fixar a remuneração dos administradores para o exercício de 2019, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria.

Aprovar Rejeitar Abster-se

12.5/6 ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Data Nascimento	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Prazo Mandato	Eleito pelo Controlador?	Nº Mandatos Consecutivos	% Participação Reuniões
Waldir Carlos Schulz - Eteivo	24/04/1950	68 Anos	Industrial	081.756.919-72	Presidente Conselho de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Sim	2	100%
Ovandi Rosenstock - Eteivo	30/10/1941	77 Anos	Industrial	121.181.509-97	Vice Pres. Conselho de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Sim	2	100%
Albano Douglas de Freitas - Eteivo	07/11/1953	65 Anos	Economista	166.095.739-72	Conselheiro de Administração	04/12/2018	04/12/2018	3 anos	Sim	0	100%
Gert Heinz Schulz - Eteivo	07/03/1947	72 Anos	Industrial	033.330.009-20	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Sim	2	100%
Fábio Girolla - Eteivo	13/05/1972	45 Anos	Advogado	751.511.119-49	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Sim	2	100%
Cleber Luis Ramundi - Eteivo	27/06/1976	41 Anos	Advogado	936.821.239-20	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Não	1	100%
Flávio de Queiroz Miranda - Eteivo	07/12/1978	39 Anos	Contador	193.433.868-00	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Não	1	100%
Hirio Antonio Wolf - Suplente	26/12/1938	80 Anos	Comerciante	007.215.909-00	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Não	1	0%
Doriane Braatz - Suplente	09/02/1963	56 Anos	Psicóloga	463.324.059-53	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Não	1	0%

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nome	Data Nascimento	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato	Eleito pelo Controlador?	Nº Mandatos Consecutivos	% Participação Reuniões
Ovandi Rosenstock	30/10/1941	77 Anos	Industrial	121.181.509-97	Diretor Presidente	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Sim		100%
Waldir Carlos Schulz	24/04/1950	68 Anos	Industrial	081.756.919-72	Diretor Vice Presidente	26/04/2017	26/04/2017	3 anos	Sim		100%

CONSELHO FISCAL

Nome	Data Nascimento	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato	Eleito pelo Controlador?	Nº Mandatos Consecutivos	% Participação Reuniões
Daniel Vaz Rodarte - Eteivo	10/06/1978	40 Anos	Administrador Empresas	025.068.936-79	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Não	3	100%
Paulo Eduardo Dias da Costa - Eteivo	29/01/1973	46 Anos	Advogado	577.047.329-00	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Sim	3	100%
Marcos Luiz Krelling - Eteivo	11/09/1951	67 Anos	Administrador Empresas	094.794.819-87	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Não	2	100%
Celso Meira Júnior - Eteivo	09/04/1966	52 Anos	Advogado	556.519.099-15	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Sim	3	100%
José Antônio Martins - Eteivo	17/05/1964	54 Anos	Economista	506.013.509-87	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Sim	3	100%
Paulo Eduardo da Silveira - Suplente	19/07/1974	44 Anos	Médico	162.065.238-84	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Não	2	0%
Ivan Frederico Hudler - Suplente	13/05/1960	58 Anos	Administrador Empresas	383.565.039-49	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Sim	0	0%
Massao Fábio Oya - Suplente	07/11/1981	37 Anos	Consultor Empresarial	297.396.878-06	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Não	2	0%
Rufino Salves de Siqueira - Suplente	19/11/1951	67 Anos	Consultor formado em Letras	560.904.808-78	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Sim	3	0%
André Chedid Daher - Suplente	01/03/1981	38 Anos	Advogado	003.938.779-81	Conselheiro Fiscal	27.04.2018	27.04.2018	1 ano	Sim	2	0%

Formação acadêmica e experiência profissional

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Nome: Waldir Carlos Schulz

Economista, experiente administrador empresarial, conhecimentos técnicos em contabilidade, custos e sistemas administrativos em geral. Mais de 44 anos dedicados à SCHULZ S.A.

2. Nome: Ovandi Rosenstock

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville. É um dos fundadores da SCHULZ, tendo atuado como Diretor Comercial e como Diretor Superintendente, antes de assumir a Presidência Executiva em 1996. Foi Presidente da Abimaq/Sindimaq, Vice-Presidente da Associação Empresarial de Joinville (por duas gestões 06 anos), e Vice-Presidente da Abifa – Associação Brasileira de Fundição.

Foi Diretor do Sindicato da Indústria Metalúrgica de Joinville, e representa atualmente esta associação nas reuniões da Federação das Indústrias de Santa Catarina. É também Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. Experiente e dinâmico empresário do setor metal-mecânico, com mais de 48 anos dedicados à SCHULZ S/A. tanto no âmbito Nacional como Internacional. Responsável pela presidência e coordenação geral dos negócios da Companhia, usando suas experiências e conhecimentos em administração na empresa e na coordenação geral da diretoria e do grupo de gestores da Companhia.

3. Nome: Albano Douglas de Freitas

Na Schulz S.A., foi responsável pela área de custos e formação de preços de vendas. Especializou-se em Engenharia Econômica de Custos e Análise de Valor. Em 2001 foi promovido a Superintendente Comercial da Divisão Automotiva, responsável pelas políticas e estratégias de vendas e compras, função exercida até 2018.

4. Nome: Gert Heinz Schulz

Técnico metalúrgico, com experiência em produção, moldes, ligas, desenvolvimento de processos produtivos. Foi Diretor Industrial por mais de 28 anos da SCHULZ.

5. Nome: Fábio Girolla

Formado em Direito pela Universidade Regional de Blumenau, com especialização em Direito Público, Tributário e Empresarial. MBA em Direito de Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como advogado na Cassuli Advogados Associados (1992 a 1997). Sócio Fundador e Advogado na Martinelli Advocacia Empresarial (1997 a 2001). Atualmente é Sócio Fundador e Advogado na Bornhausen Advogados Associados (OAB/SC 763/2002) em Joinville, SC. Advogado Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina. Exerce ainda

função de Conselheiro Fiscal Titular na Dohler S.A. e na Companhia Águas de Joinville.

6. Nome: Flávio de Queiroz Miranda

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis 2002 – Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Registrado no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo - SP sob n. 1SP223115-O-9. Auditor Certificado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, nas categorias Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central do Brasil (Bacen). Experiência Profissional: mais de 17 anos de experiência (sendo 6 anos em cargo gerencial chegando a função de Gerente Sênior) atuando em serviços de auditoria e consultoria para grandes instituições financeiras e não financeiras, locais e internacionais, e em trabalhos de execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda). No período de 2011 a 2015, trabalhou na Ernst & Young assessorando multinacionais e instituições financeiras na execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda), para grandes instituições financeiras e não financeiras, locais e internacionais. No período de 2006 a 2011, trabalhou na Ernst & Young (sendo 4 anos em cargo gerencial), atuou como auditor de instituições financeiras, indústrias, prestadoras de serviços nacionais e internacionais, tendo conduzido vários trabalhos de auditoria estatutária e projetos especiais (e.g. Procedimentos Pré-Acordados, Reporting para a Matriz) para grandes clientes, bem como de trabalhos para diversas finalidades (e.g. revisões trimestrais, elaboração de demonstrações financeiras em US GAAP). Também no período de 1999 a 2004 trabalhou na Trevisan Auditores Independentes, atuando como auditor de instituições financeiras, indústrias, prestadoras de serviços nacionais e internacionais. Atualmente atua como Sócio Diretor da FQ Contabilidade, Auditora e Assessoria Empresarial, sendo responsável por todas as atividades administrativas e financeiras.

7. Nome: Cleber Luis Raimundi

Dr. Cleber Luis Raimundi é fundador e Presidente do INSTIEL – Instituto Internacional de Liderança, com atuação no Brasil e escritório regional no Caribe. Advogado, palestrante internacional e orientador nas áreas de liderança, gestão e estratégia. É também um profissional muito ativo em grupos empresariais nacionais e internacionais, com ênfase em gestão, estratégia e negócios. Dr. Cleber Luis Raimundi é também o autor de vários artigos sobre liderança, visão e estratégia.

Experiência Anterior: Advogado - Coordenador da área de negócios e Coordenador Departamento de Qualidade Total da Martinelli Advogados de 04/2000 à 08/2012.

Qualificação Educacional - Advogado regularmente inscrito na OAB/SC sob nº. 17.080, Especialização em Direito Tributário, Direito Ambiental, Estudos diversos com ênfase em práticas modernas de gestão, marketing, com vista a cenários internacionais e estudos avançados, experiência prévia em Conselho de Administração, Estudos e análises com a formatação de metodologia para auxílio de pessoas e capital humano.

CONSELHO FISCAL

1. Nome: Daniel Vaz Rodarte

Formado em Administração de Empresas, atua como Gestor do Clube de Investimentos SOL e Clube de Investimentos DR. Foi Conselheiro Fiscal da Mercantil Financeira S.A. e do Banco Mercantil do Brasil. Membro do Conselho de Administração da empresa Pettenati S.A. Indústria Têxtil desde 2012.

2. Nome: Paulo Eduardo da Silveira

Médico. Atuação Profissional: Fundação PróRim de Santa Catarina, PRÓRIM, Brasil. De 02/2010 a Atual: Direção e administração, Fundação PróRim, Cargo ou função Responsável Técnico. Hospital Regional Hans Dieter Schimidt, HRHDS, Brasil. Direção e administração. Administração.

3. Nome: Paulo Eduardo Dias Costa

Auditor da Martinelli Auditores (1992 a 1997). Sócio Advogado da Martinelli Advocacia Empresarial (1998 a 2012). Atualmente é sócio advogado da Costa, Martins, Meira e Rinaldi Advogados associados OAB/SC 1829 (CMMR Advogados) em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Conselheiro Estadual da OAB/SC de 2010 a 2012. É também atual Conselheiro fiscal suplente da Wetzel e na Pettenati Industria Textil S.A. Conselheiro Fiscal Titular da Dolher S.A no período de 2002 a 2012, e da empresa Móveis Weihermann S.A. no período de 2008 a 2010.

4. Nome: Celso Meira Júnior

Atuou como Gerente Jurídico das Empresas Engepasa - Engenharia do Pavimento S.A. até 1998, Cipla S.A. até 1999. Sócio Advogado do Martinelli Advocacia Empresarial de 2000 a

2012. Atualmente é sócio advogado da CMMR Advogados em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Atuou como conselheiro fiscal nas empresas: Dohler S.A., Adami S.A. e Móveis Weihermann S.A. Atualmente é conselheiro fiscal das empresas: Pettenati S.A. Indústria Têxtil e Wetzell S.A.

5. Nome: Airtton Dejair Romão

Experiência Profissional: Jaraguá Fabril S.A. – 1969 a 1976, contador; Martinelli Auditores – 1977 a 2000, auditor; atualmente Sócio-Diretor da empresa Merko-Sul Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S. Ex-membro do Conselho Fiscal das empresas: Cia. Latino Americana de Medicamentos – como efetivo e Marisol S.A. – como suplente. 2) Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela UNIVILLE – CRA/SC 5343 e Técnico em Contabilidade pela Escola de Comércio São Luiz – CRC/SC 007476/0-OT.

6. Nome: Marcos Luiz Krelling

Formação Acadêmica: Formação Superior em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville (SC) em 1975, registrado no CRA de SC em 21.02.1994 sob nr. 4788. Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Tigre em Janeiro de 1966, passando por funções junto às áreas Financeira, Acionistas, Assistência Técnica/Produtos, Assessor da Diretoria. No período de janeiro de 1980 a janeiro de 1991 foi o Gerente Geral da unidade da Tubos e Conexões Tigre do Nordeste S.A. em Camaçari (BA), fabricante de tubos e conexões de PVC rígido, da qual liderou todo o processo de construção, implantação e administração da planta industrial. No período de Janeiro de 1992 a Outubro de 1994 como Assessor da Presidência na Tigre-Matriz em Joinville (SC), onde, entre outras atividades, liderou processo de incorporação de novas unidades adquiridas pela companhia. No período de Novembro 1994 a Julho 1998 como Gerente Geral da Tecnomecânica S.A., fabricante de compressores de ar comprimido a pistão e rotativos. De julho 1998 a Outubro 2005 como Gerente Geral da Somar S.A. Indústrias Mecânicas, do ramo metal-mecânico. Outubro 2005 a Abril 2009 como Sócio-Diretor da MCA Têxtil Ltda., que fabrica e comercializa roupas infantis para os grandes magazines e linha própria de produtos. Em consultoria nas áreas de administração, finanças, produtividade, planejamento estratégico e seleção de executivos do alto escalão pela MLK Consultoria Empresarial Ltda., de maio 2009 a fevereiro 2010. De Março 2010 a atual como Diretor Geral na Agemed Saúde

S.A., operadora do ramo de planos de saúde empresarial. De fevereiro a abril 2013 atuou como Gerente de Fiscalização e Tributos da Prefeitura Municipal de Joinville. De Abril 2013 a fevereiro 2014 foi Diretor Presidente do Hospital Municipal São José de Joinville. De Fevereiro 2014 até a presente data é Diretor Comercial, Administrativo e Financeiro da Cia. Águas de Joinville. É também Diretor Administrativo (voluntário) da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Titular do Conselho Fiscal do Colégio Bom Jesus/IELUSC de Joinville.

7. Nome: André Chedid Daher

Atividades Profissionais:

- Vice Presidente da ACIJ Joinville;
- Fundador e membro do Núcleo Jurídico da ACIJ;
- Delegado da ACAT - (Associação dos Advogados Trabalhista de Santa Catarina);
- Conselheiro da OAB / Joinville;
- Facilitador In Company de cursos de Legislação Trabalhista;
- Palestrante de diversas matérias do Direito do Trabalho;
- Sócio do escritório Daher Advogados;

Escolaridade:

- Advogado;
- Mestre e Pós Graduado em Direito Empresarial do Trabalho pela Unicuritiba;
- Professor da pós Graduação da Católica de SC em Direito do Trabalho, Internacional do Trabalho e Prática Trabalhista.

8. Nome: José Antônio Martins

Formação Acadêmica:

Advogado – OAB/SC 31.277 formado na Associação Catarinense de Ensino – Faculdade Guilherme Guimbala Conclusão do curso – 2010 Economista – CORECON (SC) 24.079-4 formado na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE Conclusão do curso - 1993 Técnico Contábil – CRC/SC 014806-0 formado no Colégio Estadual Luiz Bertolli Conclusão do curso – 1977 Extensões: Pós-graduação em Macroeconomia na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Conclusão do curso: 1996 Governança Corporativa no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - Curitiba Conclusão do curso: 2011 Experiência Profissional: 1983 a 1996 - Formação/profissional desenvolvida na área de auditoria contábil e fiscal. 1997/2001 - Empresa: Fabio Perini S.A – Indústria de Máquinas, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel. 2001/2005 - Empresa: Joinpaper Ltda, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel. 2006 a 2012 - Martins Assessoria Tributária e Empresarial Ltda., Cargo: Sócio, Atividade: Consultoria fiscal e tributária 2012 a 2016 - Costa Martins Meira e Rinaldi Advogados

Associados, Cargo: Sócio, Atividade: Serviços de advocacia empresarial com especialização em direito tributário e societário.

9. Nome: Rufino Salves de Siqueira

Consultor formado em letras.

10. Nome: Massao Fábio Oya

Experiência Profissional:

SOLUÇÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONSULTORIA LTDA (desde 2009) Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, prestando serviços de consultoria empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, de Companhias de Capital Aberto e Fechado. 04/2007 a 07/2009 – PAREX BRASIL S.A. - Analista Contábil Sênior 04/2006 a 04/2007 – ECON DISTRIBUIÇÃO S.A. - Analista Contábil 06/2000 a 07/2005 – IBAC S.A. (POZZANI) - Analista Contábil
Escolaridade: Pós Graduação: MBA Gestão Financeira e Controladoria – Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí – SP – de 04/2007 a 12/2008. Graduação: Ciências Contábeis – Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí – SP – de 01/2000 a 12/2003. Curso Técnico: Técnico em Contabilidade – Escola Professor Luiz Rosa – Jundiaí – SP – 01/1997 a 12/1999.

12.7/8. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

A Companhia possui Comitês Diretivo e Operacional, que discute, analisa, sugeri e apoia as decisões de gestão e alta administração, atuando de forma efetiva no planejamento estratégico, de curto e longo prazo, e seus respectivos resultados.

12.9.RELAÇÕES CONJUGAIS, UNIÕES ESTÁVEIS OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

a) Administradores da Companhia:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da Companhia, e do Sr. Gert Heinz Schulz, que é membro do Conselho de Administração da Companhia, os quais possuem relação de parentesco de 1º grau entre si, os demais administradores da Companhia não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

b) (i) Administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da Companhia, bem como, diretor da Controlada Schulz Compressores Ltda., e do Sr. Gert Heinz Schulz, que é membro do Conselho de Administração da Companhia, os quais possuem relação de parentesco de 1º grau, os demais administradores da Companhia e/ou de sua controlada Schulz Compressores Ltda. não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

c) (i) Administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia:

Não se aplica.

d) Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:

Não se aplica.

12.10. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLES MANTIDOS, NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:

Não se aplica.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia:

Não se aplica.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:

Inexistente a relação.

12.11. ACORDOS (INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS) ESTABELECIDO O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS E ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS

ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES:

A Companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O (*Directors & Officers*).

12.13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes relativas a este item estão descritas nos itens anteriores.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Conselho de Administração:

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, sendo obedecido o limite fixado pela Assembleia de Acionistas realizada em 27/04/2017.

Diretoria Estatutária:

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, obedece o limite fixado pela Assembleia de acionistas realizada em 27/04/2017, é composta de pró-labore, reajustado de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, bem como da participação nos resultados em conformidade com a previsão estatutária.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração da Companhia no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Os diretores também participam do Programa de Participação dos Resultados em conformidade com as regras dos demais funcionários.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus à remuneração fixa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, e será fixada pela assembleia geral que os elegeu, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. A atual remuneração foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 27/04/2017.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles (Conselho de Administração/Diretoria Estatutária/Diretoria não Estatutária):

- Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados – correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde, tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos três últimos exercícios sociais:

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa anual corresponde a 100% da remuneração total anual, conforme já mencionado anteriormente.

No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa média anual é de 50% e o restante como remuneração variável.

Segue quadro demonstrando esta proporção nos últimos 03 anos:

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	2018	2017	2.016	2018	2017	2.016	2018	2017	2.016
Remuneração Fixa Anual	100%	100%	100%	50%	50%	54%	100%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	50%	50%	46%	0%	0%	0%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é definido anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas a serem atingidas através de seu plano de participação nos resultados (PPR).

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

v. Existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato:

Não há membros efetivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária que não são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento orçamentário, fixa os objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as

metas corporativas, bem como, os critérios de remuneração variável, aplicável quando do alcance de tais metas, exclusivamente à Diretoria Não Estatutária.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A única parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria não estatutária, a qual será tanto maior quanto for o alcance dos objetivos orçamentários definidos, conforme já mencionado anteriormente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos em função do exercício do cargo na Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal					
Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	2018	7	2	5	14
Salário ou Prólaboro	2018	210.093,21	4.524.853,14	549.168,10	5.284.114,45
Participação Lucros	2018	-	4.524.853,14	-	4.524.853,14
Total remuneração		210.093,21	9.049.706,28	549.168,10	9.808.967,59
Nº de Membros	2017	7	2	5	14
Salário ou Prólaboro	2017	239.824,43	4.078.987,76	797.092,35	5.115.904,54
Participação Lucros	2017	-	4.078.987,76	-	4.078.987,76
Total remuneração		239.824,43	8.157.975,52	797.092,35	9.194.892,30
Nº de Membros	2016	7	2	5	14
Salário ou Prólaboro	2016	224.436,50	3.758.182,94	592.519,35	4.575.138,79
Participação Lucros	2016	-	3.230.143,28	-	3.230.143,28
Total remuneração		224.436,50	6.988.326,22	592.519,35	7.805.282,07

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Órgão: Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia. O Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração recebem remuneração variável, mas na qualidade de diretores estatutários da Companhia.

a. Órgão: Diretoria Estatutária.

Número total de membros na diretoria estatutária e remunerados: 02 (Dois).

Em relação ao bônus: Não aplicável.

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:** N/A.
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:** N/A.
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** N/A.
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** N/A.

Em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:** N/A
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:** N/A

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios

sociais: R\$ 11.833.984,18.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há previsão de lançamento de plano de remuneração baseado em ações para o ano de 2018.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações no resultado nos 03 últimos exercícios sociais, em razão das considerações feitas no item 13.4., e não prevê o lançamento de nenhum outro Programa de remuneração baseado em ações para o exercício de 2019.

13.6. Opções em aberto do Conselho de Administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2018:

Em 31 de dezembro de 2018 não havia nenhuma opção em aberto de membro do Conselho da Administração e da diretoria estatutária.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus

controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão em 31/12/2018:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	6.986.644	18,30	1.937.999	3,79	8.924.643	9,99
WALDIR CARLOS SCHULZ	8.527.374	22,34	3.148.032	6,15	11.675.406	13,07
GERT HEINZ SCHULZ	8.511.995	22,30	3.568.992	6,97	12.080.987	13,52
TOTAIS	24.026.013	62,94	8.655.023	16,91	32.681.036	36,58
DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	6.986.644	18,30	1.937.999	3,79	8.924.643	9,99
WALDIR CARLOS SCHULZ	8.527.374	22,34	3.148.032	6,15	11.675.406	13,07
TOTAIS	15.514.018	40,64	5.086.031	9,94	20.600.049	23,06
CONSELHO FISCAL						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
DANIEL VAZ RODARTE	0	0	16.898	0,03	16.898	0,02
TOTAIS	0	0	16.898	0,03	16.898	0,02

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários:

Não aplicável.

13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

13.11 - Remuneração Individual máxima, mínima e média do conselho de administração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal									
Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de Membros	7	7	7	2	2	2	5	5	3
Valor da maior remuneração(Reais)	49.489,38	47.964,91	44.887,30	4.524.853,14	4.078.987,76	3.494.663,11	126.731,10	188.887,01	118.503,87
Valor da menor remuneração(Reais)	49.489,38	47.964,91	44.887,30	4.524.853,14	4.078.987,76	3.494.663,11	42.243,70	41.544,32	118.503,87
Valor médio da remuneração(Reais)	28.279,65	34.260,63	32.062,36	4.524.853,14	4.078.987,76	3.494.663,11	109.833,62	159.418,47	118.503,87

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e consequências financeiras para o emissor:

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos do emissor:

Nenhum membro do Conselho da Administração, Fiscal e da diretoria estatutária que recebeu remuneração no exercício de 2018 é parte relacionada aos Controladores Diretos ou Indiretos.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nenhum membro do Conselho da Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração adicional por quaisquer outros serviços prestados.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Foram reconhecidos no resultado do exercício de 2018 na controlada Schulz Compressores Ltda, valores de remuneração pagos à Diretoria Estatutária da companhia, como pró-labore, em função dos cargos que exercem naquela empresa, conforme quadro abaixo:

Exercício Social 2018 – Demais Remunerações recebidas em função do exercício do cargo - Valores em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladas do emissor - a título de Pró-labore	-	182.340,00	-	182.340,00

13.16. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Atendendo as disposições e normas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM 481/2009, bem como, disposições complementares, a Diretoria apresenta o que segue:

1. O Lucro Líquido auferido no exercício de 2018 foi de R\$ 70.214.567,97.
2. O montante global dos Dividendos é de R\$ 14.425.174,87 e o valor por ação de dividendos é de R\$ 0,168752481 para as Ações Preferenciais e de R\$ 0,153411346 para as Ações Ordinárias incluindo os Juros sobre Capital Próprio pago em 26/10/18.
3. Os dividendos Propostos contemplam o percentual de 25% sobre o lucro ajustado de R\$ 57.700.699,46 (Lucro Líquido R\$ 70.214.567,97 - R\$ 3.036.878,92 Reserva Legal - R\$ 9.476.989,59 (Reserva de Incentivos Fiscais)).
4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.
5. Deduzidos os juros sobre capital próprio pago antecipado:
 - a) Segue no quadro abaixo, o saldo do valor bruto de dividendos de 2018, de forma segregada, por ação de cada espécie:

Saldo Dividendo a Pagar referente Exercício 2018		
Classe	Valor Bruto	Valor por Ação
Preferenciais	2.241.604,71	0,044138907
Ordinárias	1.531.444,76	0,040126279
TOTAL	3.773.049,47	

- b) O pagamento dos dividendos está previsto para até o dia 30/06/2019. Os dividendos serão pagos e/ou creditados por intermédio da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de seus valores mobiliários ("Banco Bradesco S.A.")
- c) Não há atualização e juros sobre os dividendos a serem pagos.
- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Será considerada a data da

realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os dividendos em 08/04/2019.

6. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Segue abaixo tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Lucro por Ação	Classe	Dividendos	Valor por Ação	Juros S/Capital Próprio	Valor por Ação
2.018	70.214.567,97	0,817652078	PN	2.241.604,71	0,044138907	6.328.529,36	0,124613574
		0,743320071	ON	1.531.444,76	0,040126279	4.323.596,04	0,113285067
2.017	40.120.285,71	0,654083766	PN	1.996.455,35	0,055036422	3.398.576,71	0,093688799
		0,594621605	ON	1.363.960,89	0,050033111	2.321.877,98	0,085171635
2.016	30.649.592,92	0,499682412	PN	1.159.755,22	0,031971052	2.683.980,58	0,073926721
		0,454256738	ON	792.334,67	0,029064593	1.832.116,85	0,067206110
2.015	48.099.184,94	0,784164305	PN	1.713.467,24	0,047195205	5.751.994,64	0,158431140
		0,712876641	ON	1.169.632,98	0,042904732	3.927.157,25	0,144028309

8. Destinação de Lucros à Reserva Legal:

a) O montante destinado à reserva legal é de R\$ 3.036.878,92.

b) O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro ajustado de R\$ 60.737.578,38 (R\$ 70.214.567,97 Lucro Líquido – R\$ 9.476.989,59 – Reserva de Incentivos Fiscais).

9. A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Dividendo obrigatório:

a) Descrição da forma de cálculo prevista no Estatuto Social referente aos dividendos obrigatórios:

ARTIGO 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria, devendo sua distribuição ser definida de comum acordo. **ARTIGO 30** - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20% (vinte

por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei. **ARTIGO 31** - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos Artigos 29 e 30, previamente acrescido das verbas previstas em lei. **ARTIGO 32** - Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos artigos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. **ARTIGO 33** - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

b) Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Não há retenção de dividendos.

11. Não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

12. Não há destinação do resultado para reserva de contingências.

13. Não há destinação do resultado para lucros a realizar.

14. Em acordo com o Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia foi transferido para a conta de Reserva para Aumento de Capital o valor de R\$ 45.087.011,61, sendo R\$ 43.275.524,59,

referente à destinação do Lucro do Exercício e R\$ 1.811.487,02 referente à realização do custo atribuído.

15. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
16. Foi destinado o valor de R\$ 9.476.989,59 para a reserva de incentivos fiscais na Companhia, sendo que este valor corresponde às receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a Companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado. A Companhia também constituiu reservas de subvenções de investimentos de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14, Artigo 30º, parágrafo 4º.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
SCHULZ S.A.
Joinville -SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Schulz S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Schulz S.A. e sua controlada** (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Schulz S.A.** (Companhia) e da **Schulz S.A. e sua controlada** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, acrescidos de assuntos que ocorreram no exercício de 2018 e foram incluídos em sequência:

. Reservas de Subvenções de Investimentos – Lei Complementar 160/2017

A Companhia constituiu reservas de subvenções de investimentos de acordo com a Lei Complementar 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das reservas de subvenções totalizou R\$ 68.944 mil na Controladora e R\$ 73.215 mil no Consolidado, conforme mencionado na nota explicativa 21.3 - Reservas para Incentivos Fiscais.

Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise dos valores apurados, os procedimentos adotados para o cumprimento das obrigações fiscais acessórias, bem como a utilização de nossos especialistas tributários na avaliação do atendimento à Lei Complementar 160/2017.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios e as premissas adotadas pela Administração para reconhecimento das reservas de subvenções de investimentos adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

. Redução de Capital em Controlada

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia efetuou redução de capital na sua controlada Schulz Compressores Ltda., inscrita no CNPJ/MF nº 23.635.798/0001-43 no valor de R\$ 39.222 mil, mediante entrega de bens e moeda corrente nacional.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de redução do capital e a determinação do valor envolvido, assim como, a análise dos valores dos bens entregues e sua transferência.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de redução do capital da controlada, consideramos que a metodologia utilizada e premissas adotadas, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

. Aumento de Capital por Incorporação de Reserva

Em 04 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou aumento de capital no valor de R\$ 90.000 mil, mediante a incorporação de parte do saldo da conta reserva de lucro, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2018.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como comunicado ao mercado e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de integralização do capital e a determinação do valor envolvido.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de aumento do capital, consideramos que a metodologia utilizada e premissas adotadas para identificação e mensuração, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se ainda com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 7 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 165.448 mil (R\$ 119.294 mil em 31.12.2017) e R\$ 267.323 mil (R\$ 210.068 mil em 31.12.2017) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 5.451 mil (R\$ 6.624 mil em 31.12.2017) e R\$ 10.411 (R\$ 7.137 mil em 31.12.2017) nas demonstrações financeiras da Controladora e no Consolidado, respectivamente. Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos e a vencer e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso ou com potencial risco de atraso (conceito de perda incorrida e perda esperada), histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 8 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 4.700 mil (R\$ 2.537 mil em 31.12.2017) e R\$ 5.558 mil (R\$ 4.274 mil em 31.12.2017) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques e custos de produção

Conforme a nota explicativa 8 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo de estoques produtos acabados, em elaboração e em consignação (em poder de terceiros) no montante de

R\$ 88.388 mil (R\$ 65.348 mil em 31.12.2017) e R\$ 95.878 mil (R\$ 74.443 mil em 31.12.2017) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia antecipadamente tomou ações de redução de custos em todos os níveis (chão de fábrica, administração, comercial, etc.), com redução de quadro de pessoal, redução de jornada de trabalho, investimentos em maquinário com maior produtividade entre outros, com o objetivo, principalmente de reduzir seus custos fixos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos se os itens estão valorados corretamente, testamos o cálculo do custo médio dos estoques, do custo de produção do período, do custo do produto vendido e o cálculo do custo minuto, bem como, avaliamos os apontamentos de produção e os critérios de rateio dos gastos indiretos. Efetuamos ainda, acompanhamento dos procedimentos de inventário, bem como inspeção in loco para avaliação da acuracidade dos itens. Realizamos procedimento de circularização dos saldos de estoques da Companhia em poder de terceiros, objetivando assegurar os valores registrados contabilmente e divulgados em 31/12/2018. Consideramos também a adequação das divulgações (nota explicativa 8) efetuadas em relação aos estoques.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Contingências trabalhistas

Conforme a nota explicativa 19 – Provisões de contingências, a Companhia possui constituída provisão sobre processos em andamento de natureza trabalhista cuja estimativa de perda provável é de R\$ 2.102 mil (R\$ 1.245 mil em 31.12.2017), na Controladora e no Consolidado. Esses processos são acompanhados pelo Departamento Jurídico da Companhia, bem como, por seus assessores jurídicos externos, os quais mantêm estreito relacionamento com o Departamento de Recursos Humanos com o objetivo de evitar descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, principalmente em razão do processo de redução de custos com pessoal e redução de jornada de trabalho executado pela Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão, na base de testes, dos vários processos de rescisão de contrato de trabalho, envolvendo cálculos rescisórios (salários, horas extras, insalubridade, periculosidade, adicionais, etc.), recolhimentos de tributos, homologações sindicais, pagamentos entre outros, bem como, revisão da elaboração das folhas de pagamentos mensais e suas aprovações, verificação dos acordos coletivos e acordos de redução de jornada de trabalho. Procedemos o confronto dessas informações com os registros contábeis e efetuamos entrevista e consulta formal junto ao Departamento Jurídico e assessores jurídicos externos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores de provisão para contingências trabalhistas são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores

Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Schulz S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 26 de janeiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos

de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 01 de fevereiro de 2019.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

SCHULZ S.A.
Companhia Aberta (Código CVM nr. 01466- 4)
CNPJ 84.693.183/0001- 68

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Schulz S.A., com base no parecer dos auditores independentes, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, por unanimidade, são de parecer que as demonstrações examinadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e o resultado de suas operações, estando, portanto, esses documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores acionistas.

Joinville (SC), 07 de março de 2019

Celso Meira Júnior
Membro do Conselho Fiscal

Daniel Vaz Rodarte
Membro do Conselho Fiscal

José Antonio Martins
Membro do Conselho Fiscal

Marcos Luiz Krelling
Membro do Conselho Fiscal

Paulo Eduardo Dias da Costa
Membro do Conselho Fiscal

SCHULZ S.A.

Proposta a ser submetida à AGO em 08/04/2019

Orçamento de Capital

Exercício - 2019

	R\$ Mil
1 - Fontes de Recursos	490.235
1.1 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art.32 Estatuto - Exercício)	38.584
1.2 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art. 32 Estatuto - Anos anteriores)	18.568
1.3 - Recursos próprios(Caixa e Aplicações)	299.123
1.4 - Recursos de terceiros(novos financiamentos)	100.000
1.5 - Depreciações e amortizações	33.960
2 - Necessidades de Caixa previstos em 2019	490.235
2.1 - Investimentos em expansão e desenvolvimento de produtos	100.000
2.2 - Recursos para Capital de Giro	201.235
2.3 - Liquidações de financiamentos em 2019	189.000